



**Resumo:** Este artigo apresenta uma articulação teórica orientada pela perspectiva comunitária da comunicação, que compreende a relevância da participação crítica e ativa dos sujeitos no processo comunicativo. Sob esse viés, as pessoas e as coletividades são percebidas em primeiro plano, sendo as responsáveis pelas transformações sociais e culturais desejadas. Para tanto, é preciso que se articulem e que estejam cientes de sua realidade, estando empoderadas e conscientizadas, conforme expõe Paulo Freire. Seguindo por esta linha de pensamento, articula-se teoricamente a Comunicação Comunitária, o empoderamento e os estudos contemporâneos sobre biopotência e multidão, a partir das pesquisas de Pelbart, Negri e Hardt.

**Palavras-chave:** Comunicação comunitária. Empoderamento. Biopotência da multidão.

**Abstract:** This article presents a theoretical articulation guided by the community perspective of communication, which understands the relevance of the critical and active participation of subjects in the communication process. Under this bias, people and communities are seen in the foreground, being responsible for the desired social and cultural transformations. Therefore, it is necessary that they articulate themselves and that they are aware of their reality, being empowered and aware, as Paulo Freire exposes. Following this line of thought, theoretically articulated community communication, empowerment and contemporary studies on biopotency and multitude, based on research by Pelbart, Negri, and Hardt.

**Keywords:** Community Communication. Empowerment. Biopower of the crowd.

## 1. Considerações iniciais

A articulação teórica proposta parte de observações e percepções obtidas a partir de estudos (PICHLER; FOSSA, 2012) anteriormente realizados, os quais sempre circundaram o universo da Comunicação Comunitária, pautados pelo entendimento da relação prático-teórica Comunicação – comunidade. Comunicação e comunidade têm um vínculo etimológico pelo “ser-em-comum” (ESPOSITO, 2007; PAIVA, 2007) que ambos necessitam para sua realização. Não há comunicação sem o sentido proveniente do outro e não se constitui uma comunidade sem a alteridade,

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Comunicação e Bacharel em Comunicação Social - Relações Públicas também pela UFSM. Integrante do grupo de pesquisa Comunicação Institucional e Organizacional (CNPq).

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Comunicação pela UESP e Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

a soma das singularidades. Nesse sentido, Comunicação e comunidade têm uma profícua relação, que se ratifica pela abordagem da Comunicação Comunitária, prevendo resultados positivos e experiências sociais e culturais em transformação a partir do trabalho conjunto de ambos os conceitos, das duas práticas.

Pelo panorama econômico em que vivemos, as atuais comunidades tendem a uma segmentação, a um particularismo. Com isso, é necessário que esses grupos, quando constituídos por sujeitos, reconheçam as diferenças, não se comunitarizando, mas sim organizando-se de maneira a lutar contra os poderes hegemônicos e elitistas, o que é possível através do reconhecimento das alteridades como alternativas. Compreendemos, então, a concepção de comunidade como um grupo de pessoas que refletem sobre sua realidade e participam dos movimentos que conduzem a mudanças significativas em sua forma de gerir a vida em sociedade. São grupos compostos por pessoas que têm a comunidade como um espaço de compartilhamento e cooperação, mas não se limitam a ele.

Esse nosso entendimento de comunidade, baseado na articulação das compreensões e estudos de diferentes autores, converge com as ideias disseminadas por Michael Hardt e Antonio Negri acerca do conceito de “multidão”. Para os autores, a multidão é um sujeito coletivo, único capaz de enfrentar as forças prevaletentes do “Império”, nossa conjuntura política, econômica e sociocultural, fortemente impulsionada pelo movimento de globalização (NEGRI; HARDT, 2006).

Para Antonio Negri (2004), a multidão é um coletivo de singularidades que reunidas formam um poder tão expressivo que as forças de exploração precisam se reconstituir para dominá-las. É, pois, um conjunto de agentes que tem consistência e que se constitui a partir da prática, da ação coletiva de luta e de reivindicação. Trata-se de um “ser-em-comum”, uma “multiplicidade incomensurável” em um movimento de contrapoder, contra-hegemônico.

Desse modo, pensando em coletividades ativas, críticas, agentes, formadas por sujeitos politizados, que se aproximam à ação da multidão, estabelecemos relações mútuas entre os conceitos comunicação, empoderamento e biopotência da multidão, especialmente quando se objetiva problematizar a Comunicação Comunitária. Pensar comunidades atuando como “multidão”, exhibe-nos uma possibilidade de desenvolvimento e sucesso comunitários, pois o conjunto torna-se “resultante de uma série de atividades singulares que de fato se desenvolvem a partir da consistência subjetiva dos agentes” (FONSECA; COCCO, 2014, p. 38), o que se refere ao processo de empoderamento.

## 2. A comunicação em sua perspectiva comunitária

Para entendermos a perspectiva da Comunicação Comunitária, é relevante o estudo antecipado do contexto histórico e social no qual ela se desenvolveu. Para isso, destacamos, de forma resumida, o período que ficou conhecido como “as três décadas do desenvolvimento”, quando se começou a pautar de forma efetiva questões direcionadas ao bem-estar social, ao meio ambiente e às minorias. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem importante atuação, pois traçou diretrizes sociais e humanas e lançou questões que conduziram diversos projetos, ações e movimentos mundo a fora, que se ocuparam do que para muitos são somente os “pormenores” da sociedade.

Este período de desenvolvimento, que inicia na década de 1960, foi marcado por grande otimismo e crescimento econômico, devido aos processos de industrialização e de urbanização. Ocorre, assim, um significativo investimento de capital em tecnologia e sua transferência para o Sul, aos então conhecidos países em vias de desenvolvimento (PVD). Porém, é percebido que esses destinatários não tinham formação, bem como informação para receber e fazer o uso adequado e esperado desses recursos. Surge com isso, uma expressiva tendência pró-persuasão, ao se tentar convencer os países do Sul a aceitar a tecnologia e seus avanços, sendo-lhes simplesmente imposto. Dessa forma, é posto em prática um modelo de desenvolvimento que ignora as especificidades históricas, culturais, sociais e geográficas dos PVD. Desse movimento, surge a imagem global de países subdesenvolvidos.

Por sua vez, a década de 1970 inicia como um período pessimista, caracterizado pela exploração do terceiro mundo, ou desenvolvimento do subdesenvolvimento. Sob esse panorama, é lançado, pela UNESCO, o relatório McBride (*Many voices, One world*), que adverte sobre a necessidade de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação. Nesse estudo, ancorado pela temática “Comunicação e Sociedade hoje e amanhã”, é destacada a importância dos atores, da infraestrutura e dos *media* locais para que se tenha uma comunicação para o desenvolvimento, sendo o marco do surgimento do conceito “C4D” (*communication for development*).

Sobre comunicação para o desenvolvimento, emergem nesse período as pesquisas de Nora Quebral, autora reconhecida como a “mãe da C4D”, dando ênfase, em seus estudos, à comunicação e aos meios de comunicação comunitários para o desenvolvimento social local. Apesar dos significativos avanços no que tange às preocupações sociais em frente ao modelo econômico estabelecido e do

reconhecimento da necessidade de mudanças e do papel da comunicação nesse cenário, esse modelo inicial da C4D fracassa. Como algumas das causas desse insucesso, são destacadas a mera transmissão de informações, o foco voltado ao indivíduo e não no grupo e o controle da comunicação por grandes instituições.

Por tudo isso, a terceira década, 1980, inicia como “década perdida do desenvolvimento”. É um momento no qual os “países subdesenvolvidos” enfrentam dificuldades econômicas e ocorre a implementação do modelo neoliberal, o que gera o aumento da pobreza entre os já marginalizados. Nesse contexto, ressurgiu a Comunicação para o Desenvolvimento, já na década de 1990, e com isso uma mobilização de recursos através de projetos governamentais e até mesmo, iniciativas privadas. Ganha força também, nesse período, a campanha para a sustentabilidade, tornando-se tema pautado por muitas iniciativas, despontando como preocupação socioambiental internacional.

Nesse momento, são retomados e evidenciados muitos debates globais sobre bem-estar social, com foco em abordagens participativas. Assim, é desenvolvida uma atenção ao comunitário, sendo uma etapa de surgimento de discussões e projetos sobre o empoderamento das comunidades, o que fica ratificado pelo expressivo crescimento das rádios comunitárias. Nesse sentido, é promovido um discurso renovado, para o qual não basta mais somente interferir, mas é preciso envolver as pessoas no processo de mudança. Com esse movimento, ocorre uma abertura maior à diversidade cultural, o que é acelerado pelo processo de globalização que se consolida durante os anos 1990.

De todo esse movimento, que atravessou décadas e foi constituindo o viés comunitário da comunicação, entendemos estarmos tratando de algo dinâmico, que constantemente muda devido a transformações na sociedade e em suas condutas culturais, econômicas e sociais. Para Nora Quebral, citando um texto de 1980 em uma de suas palestras, esta forma de comunicação pode até ter seu nome alterado, sendo chamada de diferentes formas ao longo de seu percurso histórico, porém o que não mudará é:

[...] a ideia que carrega: que a arte da comunicação (humana), fundamentada pelos princípios da ciência social, pode ser conscientemente dirigida para melhorar a vida das pessoas. Esta é a essência da comunicação para o desenvolvimento, independentemente do rótulo que recebe ou do que mais lhe for atribuído<sup>3</sup> (QUEBRAL, 2011, p. 10, tradução nossa).

<sup>3</sup> “[...] the idea that underlies it: that the art of [human] communication, infused by social science principles, can be consciously directed towards improving people’s lives. This is the essence of development communication, regardless of how it is labeled or what else may be imputed to it”.

Orientados por essa visão otimista como a colocada pela autora, algumas pessoas e instituições passaram a trabalhar em busca de maior igualdade, levando as questões do desenvolvimento social a um nível de discussão mais crítico, embasado em estudos e experiências. A Comunicação Comunitária, conforme a estudamos e praticamos no Brasil, parte desse histórico, sendo seriamente conduzida de acordo com as características e necessidades específicas de nosso país e nossa sociedade, que também se mantém em transformação, principalmente pelas condições econômicas que enfrentam.

Junto ao movimento econômico global, a população mundial e suas culturas passam por um processo de intercâmbio, o que representa relevantes transformações à sociedade contemporânea. “O processo global levou a uma universalização devido à promoção da queda de barreiras entre diferentes nações e culturas, ao mesmo tempo em que incentivou uma reorganização em âmbito local, o qual se fechou em certos aspectos, incorporou um processo de particularismo” (PICHLER; FOSSA, 2012, p. 33).

Nesse processo de globalização, de aberturas e de fechamentos social e cultural, a comunicação tem papel de destaque por meio de suas mídias. É a partir das tecnologias de comunicação que a globalização está presente globalmente, seja pelo cinema, pela internet, pela televisão, pelo rádio. A comunicação tem importante atuação na expansão dos efeitos da globalização, ao passo que é o instrumento pelo qual ela se espalha pelo globo, levando consigo o desenvolvimento da sociedade.

Associado à globalização está a formação e consolidação do ciberespaço e das tecnologias de informação e comunicação – anos 1990 e 2000 –, que apresentam e organizam novas possibilidades, novos objetivos e novos dilemas. Em sua pesquisa, Gustavo Cardoso apresenta que “estamos na presença de uma nova noção de espaço, em que físico e virtual se influenciam um ao outro, lançando as bases para a emergência de novas formas de socialização, novos estilos de vida e novas formas de organização social” (CARDOSO, 1998 apud CASTELLS, 2003, p. 110).

Com isso, assim como a organização social é “reformulada” e repensada, com todas essas transformações desde 1970, que se tornam mais expressivas a partir de 1990, antigas questões e discussões, sobre bem-estar social e a vida em sociedade, são também recolocadas em pauta e reorganizadas. Torna crescente uma abordagem de desenvolvimento centrada na autoconfiança, autonomia, capacitação e participação local, quando em se tratando de áreas como a saúde, a educação, a psicologia e a comunicação, entre outras, o que abre espaço para o estabelecimento dos estudos e estratégias de Comunicação Comunitária, Popular e Alternativa.



Desse panorama do desenvolvimento social alinhado a mudanças políticas e econômicas na sociedade contemporânea, chegamos às ideias e aos estudos de Boaventura de Sousa Santos, principalmente em sua obra *A gramática do tempo*, em que o autor analisa a contradição que as sociedades modernas ocidentais passaram a viver a partir do desenvolvimento capitalista, quer seja, “a contradição entre os princípios de emancipação, que continuaram a apontar para a igualdade e a inclusão social e os princípios da regulação, que passaram a gerir os processos de desigualdade e de exclusão produzidos pelo próprio desenvolvimento capitalista” (SANTOS, 2008, p. 280).

Os posicionamentos e as conclusões do autor corroboram o fechamento da compreensão do percurso que levou à formação e ao “isolamento social” dos espaços marginalizados, no Brasil as “comunidades”, e aos atuais estudos em comunicação comunitária, participativa e sobre o empoderamento comunitário. Ao propor, ainda em seu título, “uma nova cultura política”, Santos já inicia com uma postura renovadora para tratar sobre desigualdade e exclusão, os dois movimentos que explicitam nossa realidade sociocultural e político-econômica. Para o autor, o termo política faz referência a politizado, crítico, dotado de criticidade, noções necessárias em um período no qual “[...] a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social” (SANTOS, 2008, p. 279).

Desigualdade e exclusão são dois sistemas de pertencimento hierarquizado e/ou princípios de regulação, sendo a desigualdade um fenômeno socioeconômico e a exclusão um fenômeno cultural e social. Karl Marx é, segundo Santos, o grande teorizador do sistema da desigualdade, pelos seus estudos acerca da relação capital/trabalho, “uma desigualdade classista baseada na exploração” (SANTOS, 2008, p. 280). Por sua vez, Foucault é o grande nome quando se fala da exclusão, que “trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita” (SANTOS, 2008, p. 281).

Os direitos sociais e econômicos universais, o rendimento mínimo de inserção social e as políticas compensatórias (como os programas governamentais Fome Zero e Bolsa Família) são mecanismos modernos para manter a desigualdade em níveis toleráveis (SANTOS, 2008, p. 285). Boaventura de Sousa Santos propõe que o atual modelo de regulação social não é mais assegurado somente pelo Estado e o mercado, mas sim pelo Estado, o mercado e a comunidade. A somatória do mercado com a comunidade é o que constitui a atual sociedade civil. Assim, quando o Estado não consegue mais, por si só, dar conta de determinada área e necessita desregulamentá-la ou privatizá-la, não precisa, necessariamente, repassá-la ao mercado, pois há a

possibilidade de ser repassado à comunidade, ou seja, ao Terceiro Setor, organizado segundo a lógica privada, mas não à lógica do lucro (SANTOS, 2008).

Contudo, o que ocorreu com as políticas sociais implantadas pelos Estados, como forma de uma gestão controlada da exclusão, foi gerar uma transferência do sistema de exclusão ao sistema de desigualdade. Isso se deu pelo fato de que estas políticas, “[...] programas de reeducação, de devolução à comunidade, de extensão da cidadania e, no caso das mulheres, com acesso ao mercado de trabalho [...]” (SANTOS, 2008, p. 293), não eliminaram a exclusão, apenas controlaram.

Com as mudanças econômicas da globalização hegemônica neoliberal, baseada em uma nova forma de divisão internacional do trabalho, houve uma mudança do sistema de diferença ao sistema de exclusão, e isso ocorre no nível tanto nacional como global. Dessa forma, completando o movimento acima descrito, o sistema de exclusão também está se transformando em um sistema de desigualdade. Eis que surge, através dessas transformações nas relações de trabalho e do trabalho com os sistemas de desigualdade e exclusão, “formas de darwinismo social e de eugenismo tecnológico” (SANTOS, 2008, p. 299).

Sintetizando, a globalização econômica nos leva à desigualdade, a qual gera uma forma de exclusão; ao mesmo tempo, a globalização cultural ocasiona a exclusão (sendo o racismo o exemplo ainda mais atual), o que concebe um movimento de desigualdade. Em meio a isso, os mais afetados são aqueles que já estavam próximos à linha que separa os que estão dentro e conseguem se adaptar e se manter atuantes no sistema daqueles que não se ajustam, são desiguais e, por fim, excluídos. Esta parcela se junta aos que já eram marginalizados, o que resulta no atual cenário de pobreza e não cumprimento de direitos básicos (segurança, acesso à saúde, educação de qualidade, trabalho formal, moradia) a todos. No Brasil, conhecemos e definimos esses casos como comunidades ou periferias, que são pobres, inseguras, distantes (ou distanciadas), como é o caso das favelas cariocas.

Seguindo por esse viés do desenvolvimento que levou à segregação e à exclusão, Santos aponta o espaço eletrônico, por ele compreendido como

o avatar de uma nova metamorfose do sistema da desigualdade e do sistema da exclusão. A questão está em saber se a redópolis é uma cidade sem muralhas ou uma cidade em que as muralhas assumem novas formas e em que as auto-estradas da informação são marcas de um *apartheid* informático (SANTOS, 2008, p. 307).

Para começar, estas “auto-estradas da informação” não são capacitadas de chegar igualmente a todos os países e, dentro dos países, a todos os cidadãos.

Entendemos esse posicionamento de Santos quanto ao ciberespaço em concordância com o que Antoun e Malini (2010) também propõem, ao analisarem os movimentos e as manifestações sociais na rede e a suposta liberdade que nos concede, fazendo uma relação entre o que os autores definem como uma “liberdade negativa” e uma “liberdade positiva”.

No que converge ao desenvolvimento social (desde a década de 1980), em paralelo aos processos de desigualdade e de exclusão gerados pela maneira como a sociedade conduziu as transformações, surgem iniciativas e espaços que oportunizam uma inclusão de forma igualitária. Ao exemplo de projetos sociais e rádios comunitárias no espaço físico de convivência, no virtual também são encontrados sites de movimentos e organizações sociais com proposta de participação e atuação igualitárias. Todavia, como também estão sob a égide do capitalismo, que tem sua centralidade na hierarquia imposta pela força do capital/mercado, acabam por vezes sendo controlados e perdendo seu poder de resistência.

Surgem nesse âmbito, o biopoder e a biopolítica, que, aos moldes dos sistemas de desigualdade e de exclusão de Santos, trazem à tona as sociedades disciplinar e de controle. São assim, esses projetos locais de resistência e de busca por mudanças, mas com o controle de organismos de “força estatal” e de “mercantilização do capital” (ANTOUN; MALINI, 2010).

Nesse contexto, é preciso, pois, nos questionarmos, conforme propõem Antoun e Malini, sobre as chances que o sujeito tem “de desenvolver uma subjetividade própria, de pôr em questão as escolhas que o meio lhe oferece ou interdita em função de tornar-se este ou aquele sujeito” (2010, p. 8). Em vias disso, encontramos na comunicação comunitária uma possibilidade, pois trata de emancipação, que permite às pessoas uma forma de determinarem as suas vidas e os seus futuros a partir do conhecimento e do reconhecimento, da crítica e da autocrítica, de sujeitos politizados e dotados de criticidade, do empoderamento. “A hipótese é que quando as pessoas entrarem em contato com suas fontes de opressão, bem como suas fontes de poder, então elas serão capazes de encontrar soluções” (MELKOTE; STEEVES, 2001, p. 39).

Sob todo esse contexto apresentado e levado à discussão, entendemos a Comunicação Comunitária como perspectiva ideal à compreensão que intentamos. Essa forma de comunicação pode ser tratada também como, segundo Cicilia Peruzzo (2005), alternativa ou popular e, ainda, conforme John Dowing (2002), como mídia radical. A Comunicação Comunitária surge como um viés comunicacional que olha, de fato, para o entorno da esfera social, ou seja, para as margens e os marginalizados,



mas sem a pretensão de deixar o centro de fora; ela propõe, justamente um olhar conjunto para a compreensão exata da situação e ação adequada.

Contudo, devido à desvalorização que o setor comunitário enfrenta perante a sociedade contemporânea, a Comunicação Comunitária vem se desenvolvendo e traçando um percurso difícil para a sua proliferação, através das mídias comunitárias. Acaba por fazer um movimento que se assemelha à comunitarização, fechando-se e reduzindo sua possibilidade de abrangência. “A comunicação comunitária que vem sendo gestada no contexto dos movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns” (PERUZZO, 2005, p. 22).

Essa atuação comunitária que Peruzzo nos alerta não é inadequada e nem deixa a desejar quanto aos anseios comunicacionais sob essa perspectiva, porém, com a sua “abertura”, juntamente ao desenvolvimento das comunidades e periferias em direção a uma participação midiática mais igualitária, poderíamos estar avançando, na teoria, e, principalmente, na prática comunitária comunicacional. Não sendo praticada de maneira fechada a pequenas realidades (qualitativamente falando), a Comunicação Comunitária tem muito a crescer e, assim, auxiliar a sociedade num todo, devido às suas características democráticas e cidadãs.

E isso é possível quando atentamos às características que esse viés comunicacional abarca, trazidas por Cicilia Peruzzo como:

[...] opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares; transmissão de conteúdos a partir de **novas fontes de informações** (do cidadão comum e de suas organizações comunitárias); a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma **dinâmica de organização e mobilização social**; está imbuído de uma **proposta de transformação social** e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a **participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo** (PERUZZO, 2005, p. 20, grifo nosso).

Assim, torna possível o surgimento de uma comunidade empoderada, que em sua unicidade de singularidades e produção de subjetividades resistentes (ou seja, atuando como multidão (NEGRI, 2004, 2013) consegue gestar um movimento contra-hegemônico que reconheça os poderes e as resistências que permeiam sua experiência e lute pelos seus desejos e direitos preconizados pela política democrática e social que vigora, consciente também de seus deveres para com a formação e manutenção da sociedade civil. Nesse âmbito, podemos falar também

acerca dos movimentos sociais, que coexistem à Comunicação Comunitária. Esses movimentos, quando orientados por uma atuação organizada e crítica, conseguem “atravessar” a força imposta pela “cultura do silêncio das maiorias” e substituir a realidade de “cidadãos ausentes e sem voz” (PERUZZO, 2005) por um coletivo revolucionário que “busca continuamente transformar nossa carne em novas formas de vida” (NEGRI, 2004, p. 19).

Corroborando nosso entendimento, Martín-Barbero (1999) também traz sua compreensão acerca da necessidade de uma articulação para a efetivação de vozes potenciais, porém subsumidas, em um processo que muito se assemelha à multidão e ao empoderamento.

Estes movimentos, pequenos, em sua maioria inarticulados, à medida que se articulem e articulem a escola, e os meios de comunicação municipais, comunitários, irão criando redes de formação de cidadãos que vão ser muito eficazes, para fazer com que essas vozes dispersas comecem a tomar corpo no espaço regional e, inclusive, no espaço nacional (MARTÍN-BARBERO, 1999, p. 78-79).

Nesse intuito é que nos esforçamos na conjugação do comunitário politizado com o empoderamento, para enriquecer a Comunicação Comunitária através do fortalecimento dos cidadãos, que precisam se tornar agentes autocríticos e críticos. Acreditamos que os espaços midiáticos comunitários têm forte presença e poder de atuação nesse sentido, sendo necessário, para isso, “[...] considerar a Comunicação não como um mero instrumento midiático e tecnológico, e sim, antes de tudo, como um componente pedagógico” (KAPLÚN, 1999, p. 68). Isso se torna possível quando a ação comunicacional é utilizada pelo homem e a seu favor, não exclusivamente a favor do mercado, do capital.

Contudo, são necessários “[...] novos gigantes e novos monstros, capazes de articular natureza e história, trabalho e política, arte e invenção” (NEGRI, 2004, p. 18). A Comunicação Comunitária, aliada a uma orientação pelo empoderamento, tem os meios e as ferramentas para isso, através dos projetos e mídias comunitários. E essa necessidade é possível de se cumprir, uma vez que “[...] a comunicação comunitária vem se desenvolvendo no País através de múltiplas formas e linguagens, pois há uma convivência de formatos artesanais, modos grupais, de canais massivos de radiodifusão e de meios digitais de comunicação” (PERUZZO, 2005, p. 22). Exemplos como o projeto Viva Favela são uma tentativa de articulação entre poder e contrapoder, entre a comunidade e o “asfalto”, criando

oportunidades para a constituição de um novo poder que surge com “as novas paixões abstratas e a atividade da multidão” (NEGRI, 2004, p. 18).

Sob essa perspectiva que compreendemos a comunicação, em seu viés comunitário e transformador, e entendemos os agentes dessa ação como singularidades reunidas que formam um poder tão expressivo, que o poder da exploração, o lado hegemônico e opressor da sociedade, que exclui os desiguais, precisa se reconstituir (NEGRI, 2004). Nesse movimento de reconstituição, o novo poder que se baseia na força e na prática da vida necessita encontrar espaço para se expressar e se tornar “comum”, constituindo a multidão, um coletivo empoderado.

No que diz respeito ao emprego de meios na educação, bem-vindos sejam, desde que sejam **aplicados crítica e criativamente**, a serviço de um projeto pedagógico, ultrapassando a mera racionalidade tecnológica; **como meios de comunicação** e não de simples transmissão; como **promotores do diálogo e da participação**; para gerar e potenciar novos emissores mais que para continuar fazendo crescer a multidão de receptores passivos. Enfim, **não meios que falam e sim meios para falar** (KAPLÚN, 1999, p. 74, grifos nossos).

É preciso, então, estender esse entendimento de ação contra-hegemônica aos sujeitos “desempoderados”, o que acreditamos ser possível através de casos midiáticos comunitários com orientação educadora e conscientizadora.

### 3. Empoderamento e biopotência da multidão: a conscientização dos sujeitos e o “corpo vital coletivo”

De acordo com a proposta da comunicação comunitária apresentada, que busca resultados positivos e transformações necessárias a partir do trabalho coletivo de pessoas comprometidas com uma causa, nosso estudo segue sua fundamentação teórica na busca pela compreensão da perspectiva coletiva ideal ao contexto aqui exposto e proposto, de união social, de resistência diária, de transformação cultural. Conforme coloca Peruzzo, estamos tratando de uma comunicação que

se alicerça nos **princípios de comunidade**, quais sejam: implica a **participação ativa**, horizontal e democrática dos cidadãos; a **propriedade coletiva**; o **sentido de pertença** que desenvolve entre os membros; a **co-responsabilidade** pelos conteúdos emitidos; a gestão **partilhada**; a capacidade de conseguir identificação com a cultura e interesses locais; o **poder de contribuir** para a democratização do conhecimento e da cultura (PERUZZO, 2005, p. 22, grifo nosso).

Como podemos retirar das palavras da autora, estamos tratando de uma perspectiva comunicacional eminentemente coletiva, grupal, que se apoia nos “princípios de comunidade”, que precisa de “participação ativa”, “sentido de pertença” e “corresponsabilidade”. Porém, ao nos referirmos ao empoderamento, a que de fato estamos nos referindo? E o que significa ser/estar empoderado no contexto midiático comunitário atual?

Falar sobre empoderamento nos coloca duas exigências. A primeira é deixar claro que nosso entendimento perpassa a palavra e o sentido estabelecido a *empowerment*, conforme proposto nos estudos norte-americanos. Dar o poder a alguém que passa a não necessitar de permissão para futuras realizações/ações. Compreendemos o empoderamento de acordo com a lógica proposta pelo educador Paulo Freire, nossa segunda exigência, pois o autor é referência no que se relaciona ao conceito e sua relevância social, principalmente por considerar contextos de opressão em seus estudos.

Ao contrário de “dar o poder”, o empoderamento em que nos baseamos é um processo no qual as próprias pessoas se autorizam a agir para se fortalecer e evoluir. Dessa forma, exige delas conquista, avanço e superação, sendo um movimento que ocorre de dentro para fora, solicitando a atuação como sujeitos, ativos e críticos. Para Schiavo e Moreira (2004), o empoderamento, conforme Freire, “implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, [...] abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva” (p. 59).

O entendimento de Paulo Freire a respeito do empoderamento é resultado de suas teorias de “libertação dos oprimidos”, tema debatido em muitas de suas obras, que o autor visa propor como solução, ou seja, como forma de romper com a opressão, o empoderamento por meio da educação. Seguindo os passos e o exemplo do educador e filósofo, intentamos essa compreensão a partir da comunicação e suas estratégias discursivas.

De acordo com a linha de pensamento freiriana, o empoderamento pode ser colocado como uma forma de conquista da liberdade por parte das pessoas subordinadas a uma determinada posição de dependência, seja econômica, social, política ou cultural. Para uma conquista plena, porém, é preciso que ocorra a conscientização, outro conceito trabalhado por Freire e que precisa ser conjuntamente pensado. Para o autor, o que realmente é preciso para a “libertação social” é a conscientização, cuja ideia foi interpretada e traduzida no Brasil como empoderamento.

Por ocorrer como um ato social e coletivo, o empoderamento, ou conforme Freire, a conscientização consegue fortalecer os sujeitos que, conscientes da realidade de opressão possibilitam vislumbrar e operar formas de ação condizentes à experiência, eficazes à situação. Podemos dizer que o processo se inicia com o empoderamento, pois é necessária a ação inicial de decisão e a criticidade intrapessoal, mas é preciso evoluir a um ato social para ser de fato transformação. Em seus estudos na área da educação, com estudantes em situações de vulnerabilidade social e econômica, Paulo Freire colocou que “o desenvolvimento crítico desses alunos é fundamental para a transformação radical da sociedade. Sua curiosidade, sua percepção crítica da realidade são fundamentais para a transformação social, mas não são, por si sós, suficientes” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 71).

Faz-se necessária, assim, a prática, a inserção dos oprimidos na realidade que oprime, ação essa que pode ser corroborada por propostas comunitárias de comunicação, que oportunizam a busca pelo envolvimento, a participação e a ação coletiva frente à comunidade e suas demandas. “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 2013, p. 52). Não se faz Comunicação Comunitária sem a comunidade envolvida, que precisa estar ciente criticamente da realidade de suas demandas, ou seja, mais que vivê-las, precisa senti-las e reproduzi-las para poder atuar sobre ela. A superação exige a inserção crítica para realizar a transformação. Não se trata de reconhecimento, mas de inserção crítica, senão não há transformação da realidade e libertação (FREIRE, 2013).

Outro ponto a respeito da superação da realidade de opressão é, segundo Freire, o fato de os oprimidos não poderem deixar de assim ser, tornando-se opressores de outros. É preciso, justamente, vencer essa mentalidade, a qual é justificada pela conscientização dos oprimidos como detentores da possibilidade de mudarem a si mesmos, aceitando a liberdade, e também aos seus opressores. Essa é a verdadeira essência da pedagogia do oprimido (FREIRE, 2013). É preciso transformar a situação de opressão e não apenas, remediá-la, subsumi-la. Isso exige empoderamento/conscientização.

Contudo, o contexto que vivenciam, ao qual estão historicamente acostumados e acomodados, torna seu comportamento prescrito, ou seja, pautado por ordens aquém das suas decisões, não correspondendo ao seu dever, sendo-lhes estranho (FREIRE, 2013). Acabam por temer a liberdade, pois com ela passam a ser responsáveis por preencher o espaço que se abriu por eles mesmos, sem os opressores. É devido a isso que necessitamos superar a situação de



opressão e não somente eliminá-la, pois isso “implica o reconhecimento crítico, a ‘razão’ desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela que busca ser mais” (FREIRE, 2013, p. 46). Não basta eliminar, pois assim, abre-se nova lacuna. Nesse movimento, das pessoas procurando como serem sujeitos e superar, vencer, viver, há um movimento contrário, uma força que as interdita.

E, nesse jogo de poder e contrapoder, de dominador e de dominados, nos ancoramos na biopotência da multidão como alternativa para se chegar ao destino da liberdade, de ação biopolítica e do ser plenamente. Trazemos, pois, a questão colocada por Peter Pelbart, que vem ao encontro do pensar espaços de autonomia de comunicação em experiências comunicacionais comunitárias: “como detectar modos de subjetivação emergentes, focos de enunciação coletiva, territórios existenciais, inteligências grupais que escapam aos parâmetros consensuais, às capturas do capital, e que não ganharam ainda suficiente visibilidade no repertório de nossas cidades?” (PELBART, 2011, p. 22).

Para o autor, “todos e qualquer um, e não apenas os trabalhadores inseridos numa relação assalariada, detêm a força-invenção, cada cérebro-corpo é fonte de valor, cada parte da rede pode se tornar vetor de valorização e de autovalorização” (PELBART, 2011, p. 24). Ao verificarmos referenciadas as palavras “valorização” e “autovalorização”, lembramos da conscientização pregada por Freire (1979), pois esta é necessária para que as anteriores ocorram. E a possibilidade dessa ocorrência, conforme ambos autores expõem, está presente em todas as pessoas, sendo uma condição a crença pessoal na “força” que carregam individualmente, amplificada coletivamente, por “esse corpo vital coletivo reconfigurado pela economia imaterial das últimas décadas” (PELBART, 2011, p. 24).

Falamos assim, em uma “democracia biopolítica”, na qual se retira o foco do poder como fator soberano e coloca-se na vida, mudando seu sentido e também a compreensão acerca de biopolítica, conceito apresentado inicialmente por Foucault. Para esse autor, a biopolítica tratava de uma forma de incidência do poder sobre a vida, restando a esta resistir àquele. Nesse formato, biopolítica é essencialmente poder e racionalidade, sendo o corpo e a vida fragmentos passivos. Porém, o que é preciso para o avanço dessas teorias e, principalmente, de experiências promissoras de vida é transformar a ordem do poder, que precisa deixar de “agir sobre a vida” para ser “força de vida”, como Deleuze reapresentou o entendimento de Foucault. Desse entendimento e dessa forma de compreensão do poder, emerge a potência de vida, a biopotência da multidão.

A multidão que não é povo, que não é público e nem privado, bem como se diferencia de massa. Não se trata aqui da concepção pejorativa de multidão, como agrupamento acéfalo e inconstante, que é regido e precisa ser dominado pelos desmandos de um soberano (PELBART, 2011). A multidão, como compreendida por nós é diferente do povo, pois não é unificada pela questão do Estado e do capital. É também distinta à massa, uma vez que não permite a neutralização de suas diferenças (SANTIAGO, 2014). Tratamos então, de “um agente ou sujeito coletivo que pode agir em comum, unitariamente, com a simultânea manutenção de suas diferenças internas” (SANTIAGO, 2014, p. 30).

Esse entendimento “atualizado” de multidão surge de transformações como a passagem da produção centrada no material para a produção imaterial, quando a força intelectual passa a valer tanto quanto (senão mais) a força braçal, física. Antonio Negri (2014) expõe que se podemos falar que multidão é definida como um conjunto de singularidades, é justamente por estar se tratando de “um conjunto de singularidades trabalhando” (p. 38).

Ao tratar sobre a questão do trabalho, a proposta de multidão, segundo Hardt e Negri (2006), busca não gerar diferenciações, compreendendo que todo tipo de trabalho é produtivo justamente por entenderem que a sua essência está na capacidade criativa e produtiva humana, como projeto político, e não apenas vinculado à produção sob domínio do capital (NEGRI; HARDT, 2006). Tratam, assim, do trabalho imaterial, impondo a ele, nos séculos XX e XXI, tanta relevância quanto ao anterior, dito material, produtivo, gerador de riqueza, de capital. O trabalho imaterial compreende duas formas fundamentais: o trabalho imaterial intelectual e o afetivo.

O primeiro, intelectual, é aquele que “produz ideias, símbolos, códigos, textos, formas linguísticas, imagens” (NEGRI; HARDT, 2006, p. 149). Está vinculado ao saber (teórico e prático) e à sua expressão, gerando como produto (ambiguidade do trabalho imaterial, pois mantém uma materialidade) um conhecimento que pode (e deve) ser compartilhado. Por sua vez o trabalho imaterial afetivo, “produz ou manipula afetos como a sensação de bem-estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão” (NEGRI; HARDT, 2006, p. 149), o qual demonstra a relação entre corpo e mente como resultado, atitudes, comportamentos, personalidades.

Dessa compreensão, fica definido o trabalho imaterial, apresentado por Hardt e Negri, como a “nova forma hegemônica” de trabalho, como a união do intelectual e do afetivo, sendo a comunicação um relevante exemplo, ao passo que “todas as formas de comunicação combinam a produção de símbolos, linguagem e

informação com a produção de afeto” (NEGRI; HARDT, 2006, p. 150). É, pois, trabalho biopolítico, uma vez que produz relações e, assim, vida social.

Essa proposta traz à tona também o conceito de “comum” como elemento central da multidão, como seu eixo estrutural, pois se trata de uma unidade em meio à diversidade. É “vida comum na qual corpo e mente coincidem e são indistinguíveis (NEGRI, 2004, p. 19). A partir da comunhão das singularidades, das subjetividades, da produção que os sujeitos fazem de si mesmos (NEGRI, 2004), que a multidão se consiste, gerando o “corpo da multidão, um tipo fundamentalmente novo de corpo, um corpo comum, um corpo democrático” (NEGRI; HARDT, 2006, p. 248).

Porém, assim como a multidão é constituída pela força de um corpo comum, ela também gera esse comum, pois, sendo singular na diferença, não viabiliza desordem social. “As singularidades interagem e se comunicam socialmente com base no comum, e sua comunicação social por sua vez produz o comum. A multidão é subjetividade que surge dessa dinâmica de singularidade e partilha” (NEGRI; HARDT, 2006, p. 258). Singularidade e partilha formam, então, uma força que possibilita transformar “poder sobre a vida” em “poder de vida”, em empoderamento e biopotência.

Contudo, Hardt e Negri (2006) também pontuam o fato de vivenciarmos certa “expropriação do comum”, quando ocorre a privatização daquilo que é de todos, a exemplo da informação genética, da terra, e até mesmo das plantas e dos animais. Ao ser percebida a potencialidade, é buscado tornar o detentor do potencial algo controlável, privado, para que se possa retirar dele o poder que representa. Eis um cuidado que a multidão, por sua constituição comum, deve ter ao ser percebido o potencial que a produção e o produto do seu trabalho imaterial, intelectual e afetivo representam.

Porém, assim como Hardt e Negri, visualizamos que

qualquer um pode tentar capturar o vento, o mar, a terra, mas eles sempre serão mais do que podemos apreender. Do ponto de vista da ordem e do controle políticos, assim, a carne elementar da multidão é desesperadoramente fugidia, pois não pode ser inteiramente enfeixada nos órgãos hierárquicos de um corpo político (NEGRI; HARDT, 2006, p. 251).

E são nessas brechas, na característica fugidia do corpo social comunitário, que vislumbramos essa articulação teórica à Comunicação Comunitária, que identificamos o empoderamento e a biopotência de um “corpo vital coletivo” como poder fundamental e transformador a realidades oprimidas.

Devido a isso, tratamos a Comunicação Comunitária aqui como uma proposta de conceito biopolítico, o que quer dizer que a investigação está centrada nas capacidades criativas dos sujeitos envolvidos. Sob esse entendimento, a perspectiva

comunicacional apresentada não existe em relação à exclusão ou distinção de formas hegemônicas de comunicação, pois a comunicação em si deve ser central. A Comunicação Comunitária, “[...] quando desenvolvida em bases orgânicas e participativas, concretiza um ponto de fusão com o desenvolvimento social local e da cidadania. Pode favorecer a constituição de cidadãos ativos, emissores de conteúdos e gestores da comunicação” (PERUZZO, 2005, p. 119).

Ao ser orgânica e participativa, e ao oportunizar às pessoas serem cidadãs ativas, essa perspectiva comunicacional possibilita também empoderamento, conscientização e biopotência. Esta última, por sua vez, “inclui o trabalho vital, o poder comum de agir, a potência de autovalorização que se ultrapassa a si mesma, a constituição de uma comunialidade expansiva” (PELBART, 2011, p. 86), e, somada à conscientização, permite a transformação da realidade social e cultural. Porém, dependem ambas da ação livre do homem e, principalmente, sua ação coletiva.

Concordando com Hardt e Negri, a questão não é oportunizar à Comunicação Comunitária como catalogar diferenças, mas sim como identificar onde e como está localizada a “resistência coletiva ao poder” (NEGRI; HARDT, 2006, p. 144), o que nos parece conceitualmente central no que tange ao viés comunicacional comunitário.

#### **4. Considerações finais**

O cenário econômico e político vivenciado, do qual a globalização é protagonista, ao lado do rápido avanço das redes e conexões virtuais, organiza sistematicamente um processo que, ao mesmo tempo em que precisa incluir para o funcionamento de sua lógica, termina por excluir. Para que seja possível reverter essa ordem, faz-se necessária outra força, capaz de romper as barreiras do poder dominante e determinante. Para Negri, Hardt e Pelbart, esse contrapoder provém da vida como força, da biopotência do coletivo, da riqueza biopolítica da “multidão”, do poder inventivo dos sujeitos comuns que oportuniza novas associações e novas formas de cooperação.

Ao expormos nossa intenção de articulação teórica entre o conceito de comunicação comunitária e os estudos sobre o empoderamento e a biopotência da multidão, vislumbramos trazer à tona uma discussão acerca de um novo olhar à teoria e à prática dessa forma alternativa de comunicação. Essa proposta orienta uma possibilidade de compreensão atualizada sobre comunidade e a ação necessária para que tenhamos a formação de sujeitos críticos e coletividades autovalorizadas. Com o entendimento de Multidão, o conjunto de subjetividades

individuais, mas não individualizadas, podemos organizar um grupo atuante frente ao reconhecimento consciente do espaço que convivem.

Para que seja possível o empoderamento no contexto proposto, entendemos ser necessário que a comunidade se transforme e atue como “multidão”, pois assim possibilita se posicionar frente ao poder soberano através das redes que a constituem e das determinações estratégicas que produz, oportunizando libertar-se do poder que a pressiona. Para isso, precisamos de uma força unificadora, a biopotência, que faz possível uma democracia biopolítica e, assim, transformações de cunho social, político e cultural, que afetem positivamente a toda população, incluindo os que pertencem “às margens”.

## Referências

ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. **Ontologia da liberdade na rede**: as multimídias e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos. Trabalho apresentado ao GT Comunicação e Ciberultura, do XIX Encontro da Compós. PUC-RJ: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [http://compos.com.puc-rio.br/media/gt1\\_henrique\\_%20antoun\\_%20f%20E1bio\\_malini.pdf](http://compos.com.puc-rio.br/media/gt1_henrique_%20antoun_%20f%20E1bio_malini.pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia internet**: reflexões sobre a internet, negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

DOWNING, John. **Mídia radical**. São Paulo: Senac, 2002.

ESPOSITO, Roberto. Nihilismo e comunidade. In: PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

FONSECA, Thiago; COCCO, Giuseppe. Na volta a Espinosa, a construção do comum. **Revista CULT**, Dossiê Entrevista, n. 189, p. 38-41, 2014.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. revisada e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

KAPLÚN, Mário. Processos educativos e canais de comunicação. **Revista Comunicação**



**& Educação**, São Paulo, n. 14, jan./abr, p. 68-75, 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36846/39568>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Sujeito, comunicação e cultura. (Entrevista concedida a Roseli Fígaro e Maria Aparecida Baccega.) **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 15, p. 62-80, maio/ago. 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36864>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MELKOTE, Srinivas R.; STEEVES, H. Leslie. **Communication for Development in the Third World: theory and practice for empowerment**. Londres: SAGE Publications, 2001.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da multidão. **Lugar Comum**, n. 19-20, p. 15-26, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/161256610/Para-uma-definicao-ontologica-da-multidao-Antonio-Negri>. Acesso em: 20 maio 2016.

NEGRI, Antonio. Na volta a Espinosa, a construção do comum. (Entrevista concedida a Thiago Fonseca e Giuseppe Cocco.) **Revista CULT**, n. 189, p. 38-41, 2014.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Tradução de Berilo Varga. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

PAIVA, Raquel (org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Prefácio de Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PELBART, Peter P. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2011.

PERUZZO, Cicília M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación**, ano III, v. 2, n. 3, jul./dez., 2005. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/145>. Acesso em: 20 jul. 2021.

PERUZZO, Cicília M. K. Rádio comunitária na Internet: empoderamento social das tecnologias. **Revista FAMECOS**, v. 13, n. 30, p. 115-125, 2008.

PICHLER, P.F.; FOSSA, M.I.T. **De que comunidade se está falando? O conceito a partir das estratégias discursivas em telejornais brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6332>. Acesso em: 20 jul. 2021.

QUEBRAL, Nora. **Devcom Los Baños style**. Palestra proferida em Honorary Doctorate Celebration Seminar, LSE, University of London, Dez. 2011. Disponível em: [www.lse.ac.uk/media-and-communications/assets/documents/events/past-events/Professor-Nora-Cruz-Quebral-Dec-2011-lecture.pdf](http://www.lse.ac.uk/media-and-communications/assets/documents/events/past-events/Professor-Nora-Cruz-Quebral-Dec-2011-lecture.pdf). Acesso em: 20 nov. 2014.

SANTIAGO, Homero. O que é, quem é a multidão. **Revista CULT**, n. 189, p. 28-31, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHIAVO, Marcio R.; MOREIRA, Eliesio N. **Glossário Social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2004.

*Recebido em: 31/08/2021*

*Aprovado em: 13/09/2021*